

ATA DA 113ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de fevereiro de 2017

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às
2 nove horas, na Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público
3 do Estado do Ceará, reuniram-se para a 113ª Reunião Ordinária do
4 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
5 - CEG/FDID, sob a Presidência do **Dr. Vicente Martins Prata**
6 **Braga**, representando a Procuradoria Geral do Estado - **PGE** e as
7 Conselheiras e Conselheiros adiante indicados: **Dra. Rimena Alves**
8 **Praciano**, representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
9 - **SESA**; **Dr. João Gualberto Feitosa Soares**, representando o
10 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**;
11 **Dr. Vitor Rocha Soares**, representando a Secretaria da Fazenda do
12 Estado do Ceará - **SEFAZ**; **Dra. Maria do Socorro Araújo Câmara**,
13 representando a Secretaria do Turismo do Estado do Ceará -
14 **SETUR**; **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Souza Alves do**
15 **Nascimento** - representando o Centro de Apoio Operacional de
16 Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio
17 Histórico e Cultural - **CAOMACE**; **Dra. Maria Elzivone de Magalhães**
18 **Bezerra Costa** - representando o Centro de Convivência Mão Amiga
19 e **Juliana Marcelino Beviláqua**, representando a Obra Social Nossa
20 Senhora da Glória - Casa de Apoio Sol Nascente. Justificou
21 ausência: o representante da Procuradoria-Geral de Justiça -
22 **PGJ**; a representante da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
23 - **SECULT**; a representante da Secretaria do Meio Ambiente do
24 Estado do Ceará - **SEMA**; o representante da Secretaria da
25 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - **SECITECE**. Faltou: o
26 representante da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e
27 Planejamento Urbano - **PJMA**. Sem representação: 01 (uma) ONG e a
28 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - **ALEC**. **Dr. Vicente**
29 **Martins Prata Braga**, verificando o quorum com a presença de 08
30 (oito) Conselheiros, deu início à 113ª Reunião Ordinária do
31 CEG/FDID. Em seguida, prosseguiu à reunião com o **primeiro ponto**
32 **da pauta** - Boas-vindas à representante da Obra Social Nossa
33 Senhora da Glória - Casa de Apoio Sol Nascente. Desejou, em nome
34 dos Conselheiros, votos de boas-vindas a nova entidade civil,
35 que em atendimento ao disposto no Art. 4º da Lei Complementar nº
36 46-2014 e ao Edital nº 02-2015, apresentou documentação exigida
37 para compor o Conselho Estadual Gestor do FDID, tendo sido
38 aprovada na 112ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de
39 janeiro do corrente ano. Passou ao segundo ponto da pauta -
40 Deliberação sobre as atas da 34ª reunião extraordinária e 102ª
41 Reunião Ordinária do CEG-FDID. Colocou a matéria em discussão e
42 após em votação tendo sido aprovadas por unanimidade pelos
43 Conselheiros. Passou ao terceiro ponto da pauta - Apresentação
44 do demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID, referentes ao
45 mês de janeiro. Solicitou ao **Dr. Vitor Rocha Soares**,
46 representante da SEFAZ, que fizesse a conferência dos valores
47 demonstrados. **Dr. Vitor Rocha Soares** - Disse ter feito a

ATA DA 113^a. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de fevereiro de 2017

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

48 conferência e que os valores apresentados no demonstrativo do
49 mês de janeiro de 2017 estavam corretos, sendo o saldo total dos
50 recursos no valor de R\$ 11.949.510,21 (onze milhões, novecentos e
51 quarenta e nove mil, quinhentos e dez reais e vinte e um
52 centavos). **Dr. Vicente Martins Prata Braga** - Colocou a matéria
53 em discussão e em votação. O demonstrativo financeiro foi
54 aprovado por unanimidade dos Conselheiros. Inverteu a pauta,
55 passando do quarto ponto para o quinto ponto - Deliberação
56 acerca da solicitação contida no Ofício nº 016-2017, relativa ao
57 projeto "Inclusão Social Mão Amiga" do Centro de Convivência Mão
58 Amiga, Convênio nº 01/2016. O Centro de Convivência solicitou
59 aprovação das adequações na descrição dos equipamentos de
60 ultrassom, informática, impressora e eletrocardiógrafo no Plano
61 de Trabalho, anexo II do projeto. Passou a palavra à
62 representante da instituição, para as devidas considerações.
63 **Valmeire Paulino da Silva** - Falou que o pedido era para alterar
64 a descrição de alguns equipamentos. O plano de trabalho foi
65 alterado devido aos modelos não estarem mais em linha. São
66 equipamentos de TI (impressora), ultrassom e o
67 eletrocardiógrafo. **Maria Elzivone de Magalhães Bezerra Costa** -
68 Completou a informação dizendo que a alteração dizia respeito a
69 descrição dos equipamentos e ao modelo porque as referências dos
70 equipamentos apresentadas anteriormente saíram de linha. Era
71 somente para atualizá-los. **Dr. Vicente Martins Prata Braga** -
72 Indagou se os valores foram mantidos, o que foram confirmados
73 pela representante do Centro. Disse ele que, na sua visão, não
74 tinha porque colocar obstáculo, bem como não precisaria desse
75 pedido. Na prestação de contas justificava que os materiais
76 orçados à época da proposta não existiam mais e colocava os
77 novos. Entretanto, a precaução às vezes era válida. Tendo em
78 vista que a matéria foi trazida ao Conselho, colocou-a em
79 discussão. Como não houve objeção, a matéria foi aprovada pela
80 maioria dos Conselheiros, com a abstenção da representante do
81 CCMA. **Dr. Vicente Martins Prata Braga** - Passou ao sexto ponto da
82 pauta - Sugestões para o edital sobre apresentação dos projetos
83 a serem lançados em 2017. Falou que na reunião anterior foi dito
84 que os conselheiros trouxessem sugestões para o edital a ser
85 lançado em 2017. Indagou se alguém havia trazido alguma sugestão
86 para colocá-la em discussão. Facultou a palavra para quem
87 quisesse fazer uso. **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Souza**
88 **Alves do Nascimento** - Falou que o FDID estava ficando mais
89 conhecido e que vários pedidos estavam sendo ofertados. Que este
90 ano tiveram muitos pedidos que foram desclassificados por não
91 atenderem aos requisitos objetivos, mas era possível que no
92 próximo edital isso não acontecesse mais. Então sugeriu, que no
93 próximo edital fosse colocado algum critério de prioridade
94 porque era possível que tivesse uma quantidade maior de projetos
95 sendo necessário fazer uma seleção entre os que foram

96 selecionados. Disse que a dúvida dela era que se fossem
97 aprovados dez projetos e a condição orçamentária do Fundo
98 tivesse recursos para financiar apenas oito projetos, indagou
99 como seria o critério de seleção. A proposta dela era que já
100 ficassem estabelecidas no edital as áreas prioritárias. Entendia
101 que o Conselho tivesse um nível de subjetivismo quando fosse
102 fazer a análise. No caso de um projeto que causasse maior
103 impacto na sociedade, indagando como seriam mensurados dois
104 projetos que seriam igualmente importantes. Sugeriu que fosse
105 colocado, por exemplo, aquele direito que menos teve projetos
106 aprovados. Porque se tivessem dez projetos e estivessem na
107 dúvida entre dois projetos, um que teve a tutela sobre um
108 direito que teve vários projetos aprovados e o outro que nunca
109 teve aprovação, que fosse um direito difuso, que esse fosse
110 aprovado. Porque era uma forma que o Conselho teria de
111 contemplar todos os direitos difusos. Mas que a dúvida dela era,
112 quando dentro do escopo o Conselho tivesse que estabelecer um
113 critério de escolha. Achava que deveria ter um critério
114 objetivo. Falou que a sua primeira sugestão era: que o primeiro
115 critério de prevalência seria da tutela do direito que não teve
116 nenhum projeto aprovado. Uma área que não foi atingida ou que
117 foi menos beneficiada. Disse que estava fazendo essa colocação
118 porque estava tendo reuniões com o Instituto do Patrimônio
119 Histórico e Artístico Nacional e eles irão apresentar pelo menos
120 três projetos cujas áreas nunca foram apresentadas. **Dra. Rimena**
121 **Alves Praciano** - Sugeriu a realização de seminário para
122 capacitar as instituições na elaboração de projetos. **Dra. Maria**
123 **Jacqueline Faustino de Souza Alves do Nascimento** - Falou que
124 achava válida a proposta de orientar as instituições que iriam
125 apresentar projetos, mas que a grande dificuldade percebida por
126 ela era saber o que elas queriam com aquele projeto, de como
127 iriam ser realizadas as ações e quais os resultados esperados.
128 Quanto aos formulários, muitos eram preenchidos de forma
129 incorreta. Tinham que esclarecer para as instituições também que
130 elas tinham que amadurecer mais em relação ao que elas queriam
131 antes de apresentar de qualquer forma os projetos, porque ela
132 percebia que esses poderiam ser melhor trabalhados. **Dra. Maria**
133 **Elzivone de Magalhães Bezerra Costa** - Informou que os
134 formulários disponibilizados pelo FDID eram bastante detalhados
135 e criteriosos. Achava que a questão era orientar quem iria
136 apresentar projeto, pois os formulários eram claros quando pedia
137 o detalhamento das ações, os desembolsos, e que para tornar o
138 projeto mais rico, seria solicitar os resultados alcançados.
139 Solicitou que a ata da última reunião fosse encaminhada aos
140 Conselheiros para que no caso de alguém não ter comparecido
141 àquela reunião, ficasse ciente do que havia sido discutido e
142 decidido. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Informou que
143 sempre foi encaminhada cópia das atas a todos os Conselheiros

144 antes da reunião, para conhecimento. Que, ultimamente, algumas
145 deixaram de ser encaminhadas devido ao excesso de trabalho na
146 Secretaria Executiva. **Maria Elzivone de Magalhães Bezerra Costa**
147 - Indagou a Dra. Gladys Brasil se o recurso que estava
148 disponível no Fundo poderia ser utilizado para pagamento de uma
149 pessoa para auxiliar a Ivonete, pois via que ela estava sempre
150 com muitas atribuições, necessitando de estrutura para ajudá-la.
151 **Dra. Gladys Brasil Furtado** - Respondeu que o FDID poderia ter
152 uma estrutura melhor e poderia ter um estagiário de direito,
153 contador, uma recepcionista e contínuo. Assessor técnico não,
154 porque tinha na estrutura da Procuradoria, e não poderia
155 terceirizar. **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Sousa Alves do**
156 **Nascimento** - Indagou à Dra. Gladys Brasil o que poderia ser
157 feito para viabilizar esse processo. **Dra. Gladys Brasil Furtado**
158 - Respondeu que seria uma demanda do Conselho autorizando.
159 Informou também a necessidade de espaço físico adequado para o
160 FDID. Que estava sendo visto com a administração uma forma de
161 dotar o FDID desse espaço. Que já havia se pensado em locar um
162 container, mas que ela não sabia se a administração concordaria
163 com isso, ou se teria uma outra área. Informou que o container
164 seria pago pelo FDID, mas que seria também uma decisão do
165 Conselho para entrar com um processo para saber o custo. **Dra.**
166 **Maria Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento** - Sugeriu
167 que no primeiro momento poderiam pensar em uma pessoa para
168 auxiliar a Ivonete. E com o tempo veria se era necessário outra.
169 Indagou que profissional contratava. **Dra. Gladys Brasil Furtado**
170 - Respondeu que seria melhor uma recepcionista, pois ela
171 atenderia, faria memorando, tiraria cópia. **Dra. Maria Jacqueline**
172 **Faustino de Sousa Alves do Nascimento** - Propôs ao Conselho que,
173 tendo em vista o excesso de trabalho e o atraso verificado em
174 face das atas que estavam assinando, que fosse submetida ao
175 Conselho essa deliberação. **Dra. Gladys Brasil Furtado** - Sugeriu,
176 ainda, que na época da apresentação dos projetos fosse
177 contratada uma equipe de analistas e de prestação de contas, bem
178 como a contratação de uma empresa para desenvolver um sistema de
179 projetos para recebimento dos mesmos, como era feito no Sistema
180 de Convênios - SICONV, tanto federal como estadual. Disse que os
181 projetos não eram mais feitos no papel, e sim no computador, e
182 eram remetidos com os dados, documentos, anexos, bem como da
183 mesma forma a prestação de contas. Que seria interessante esse
184 sistema, já que o FDID estava evoluindo e que a parte contábil
185 era muito importante. Disse também que estava trazendo ao
186 Conselho uma dificuldade que estava tendo em operacionalizar um
187 projeto, porque era diferente de tudo o que havia sido visto.
188 Que seria interessante que todos esses aspectos fossem avaliados
189 quando do desenvolvimento desse sistema, que era para já não
190 permitir que algumas coisas fossem aceitas. **Dra. Maria**
191 **Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento** - Sugeriu que o

192 Conselho nessa reunião deliberasse pela contratação de uma
193 pessoa pelo FDID para ajudar na realização das atividades em
194 assessoria à Ivonete. Pediu a Dra. Gladys que ela visse como era
195 esse sistema e trouxesse na próxima reunião um esboço do que era
196 preciso para o sistema tanto para a análise dos projetos,
197 aprovação, quanto para prestação de contas para o Conselho
198 deliberar. **Dra. Gladys Brasil Furtado** - Falou que quanto a
199 deliberação da pessoa era justa e urgente, só que também urgente
200 era o espaço, pois se viesse outra pessoa não tinha onde colocá-
201 la. **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento**
202 - Falou que, assim sendo, não adiantaria deliberar sobre a
203 contratação de uma pessoa. **Dra. Gladys Furtado Brasil** - Falou
204 que o que poderia ser deliberado era sobre a possibilidade de
205 locar um container para ficar na área externa, para ser FDID,
206 como se fosse uma sala. Informou que poderia ser momentâneo,
207 pois estava para ser construída uma sede nova da Procuradoria, e
208 nela já teria espaço. **Dr. Vicente Martins Prata Braga** - Pediu a
209 Dra. Gladys que trouxesse para o Conselho uma proposta concreta
210 com o custo de locação do container para ser deliberada na
211 próxima reunião, pois tinham sido apresentadas sugestões, mas
212 não sabiam da possibilidade de implementá-las. **Dr. Vicente**
213 **Martins Prata Braga** - Sugeriu a criação de uma comissão
214 informal, composta dos Conselheiros do CAOMACE, da SESA, da Mão
215 Amiga, da Gladys do Financeiro da PGJ (Assessoria), para
216 trazerem à reunião do mês de abril uma minuta de projeto, para
217 que o Conselho pudesse discutir em cima dela, fechando no mês de
218 maio, lançando o edital do mês de junho. E quem não estivesse
219 participando da comissão traria sugestões e propostas para a
220 comissão elaborar a lei do Edital, pois assim seria mais
221 interessante. Ficou decidido que todas as sugestões seriam
222 encaminhadas para a Ivonete, que as encaminhariam para o grupo.
223 E para a estrutura do FDID, a Dra. Gladys já traria uma proposta
224 de custo mensal já para a próxima reunião deliberar sobre isso.
225 Passou ao quarto ponto da pauta que havia ficado pendente -
226 Consulta sobre a operacionalização do projeto "Quintais
227 Produtivos Agroecológicos na perspectiva da agricultura familiar
228 visando a segurança alimentar", apresentado pela Secretaria do
229 Meio Ambiente do Estado do Ceará. Passou a palavra à Dra. Gladys
230 Furtado Brasil, Secretária Financeira da Procuradoria Geral de
231 Justiça para considerações. **Dra. Gladys Furtado Brasil** - Falou
232 do que havia lhe preocupado quando da análise do projeto
233 "Quintais Produtivos Agroecológicos na perspectiva da
234 agricultura familiar visando a segurança alimentar". Foi feito
235 um contato com a SEMA, e desta com o FDID, pois tanto o FDID
236 quanto a SEMA estavam com dificuldades em operacionalizar e em
237 como se poderia levar esse projeto à frente. Disse que,
238 primeiramente, o projeto tinha sido analisado sobre o aspecto
239 formal e legal do edital. Foi verificado que ele foi

240 reformulado. O projeto foi apresentado. O nome era o mesmo, mas
241 quando foi para diligência voltou totalmente reformulado, com a
242 inclusão de itens, valores modificados, mudança no projeto
243 original. Ainda no aspecto formal, o edital falava das apostilas
244 didáticas e vídeos que não foram discriminados como deveriam,
245 estando em desacordo com o procedimento do projeto, da lei. O
246 valor que ela já havia falado tinha sido alterado, mas o que
247 mais tinha ficado difícil para ela, como contábil e financeiro,
248 foi que fora também indicado kit com notebook, data show,
249 filmadora, câmara fotográfica, sem a especificação do valor de
250 cada item, e não se sabe quanto vai custar cada equipamento.
251 Sabe-se que todo o conjunto vai custar R\$ 8.000,00 de acordo com
252 o que está no projeto. O que estava difícil de saber era quanto
253 iria custar o notebook, pois teria que ter o valor unitário para
254 quando fosse comprado sabermos realmente se o valor estava
255 dentro do apresentado. Os equipamentos não foram especificados.
256 Houve também diminuição de quantitativos para que o valor
257 ficasse num patamar a partir do qual pudessem ser incluídas
258 outras coisas. Ela havia se preocupado pela formalidade, pela
259 legalidade, porque o projeto estava diferente. Era como se fosse
260 dada a oportunidade para que todos pudessem alterar o projeto.
261 **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento -**
262 Falou que isso era o que os Conselheiros tinham que ter tido
263 muito cuidado, que era exatamente o que ela estava pontuando nas
264 outras reuniões. Indagou quando esse projeto tinha sido
265 aprovado. **Dra. Gladys Furtado Brasil -** Respondeu que quando
266 foram todos aprovados. **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Sousa**
267 **Alves do Nascimento -** Indagou se as modificações foram
268 realizadas antes da aprovação. **Dra. Maria do Socorro Araújo**
269 **Câmara -** Respondeu que sim. O projeto foi diligenciado, e quando
270 do seu retorno foram apresentadas as alterações seguindo a nota
271 técnica. Disse ter sido quem fez a análise do projeto seguindo o
272 edital e a nota técnica, porque para ela a nota técnica era um
273 norte. Disse, ainda, que fez um convite a instituição para ir lá
274 na Secretaria e que havia explicado pessoalmente também. Disse
275 ainda que se a explicação da Dra. Jacqueline tivesse sido dada
276 antes, já teria evitado isso. Falou ter sido naquela ocasião que
277 havia feito essa orientação e que houve essa alteração em
278 obediência à nota técnica. Disse ter grande dúvida para que
279 servia então a...., porque a nota técnica apontava como
280 pendência no projeto apresentado originalmente. Achava que a
281 diligência era exatamente para fazer essas correções. E foi isso
282 que ela seguiu para que o projeto retornasse diferente. **Dra.**
283 **Maria Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento -** Falou
284 que os Conselheiros tinham que ter cuidado, mas era a opinião
285 dela, que a diligência teria que ser realizada para fazer uma
286 adequação que não era da essência do projeto, porque se fosse
287 uma diligência que modificasse a sua essência, era como a Dra.

288 Gladys falou: era como se fosse um prazo a mais que aquela
289 instituição estava tendo para refazer o projeto em detrimento
290 das outras instituições que tiveram aquele prazo menor. Ou se
291 essa diligência era apenas para complementar algo que não era da
292 essência, algo que estava margeando, alguma coisa que não
293 dependia dela, como foram colocados alguns projetos que falaram
294 que estavam dependendo de outros órgãos: certidões ou alguma
295 coisa assim, que não modificasse tanto, ou que tivesse uma
296 modificação no projeto, que não fosse da essência, porque se
297 fosse para modificar a essência... **Dra. Maria Elzivone de**
298 **Magalhães Bezerra Costa** - Falou que não poderia alterar o objeto
299 do projeto, e que o Conselho teria que se adequar à lei n°
300 13.019/2016, adaptando 2017. **Dra. Maria do Socorro Araújo Câmara**
301 - Disse que o projeto não havia fugido da sua essência. E que o
302 material indicado: apostilas, seriam produzidas no momento da
303 realização do projeto, porque eles iriam produzir uma
304 metodologia de como funcionam e se implantam um quintal
305 produtivo. Que a instituição não poderia apresentar um modelo da
306 metodologia porque esta seria produzida ao longo da implantação
307 do projeto. Quanto ao material permanente realmente ela
308 apresentou o orçamento do kit, não detalhando cada item que o
309 compõe. Mas quanto a essência, metodologia, elaboração do
310 material, tudo isso ela achava que não havia fugido da essência.
311 **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento** -
312 Sugeriu que a palavra fosse passada a instituição para que ela
313 explicasse o que era o objeto original e qual teria sido a
314 modificação que fizeram com base na diligência. **Dra. Maria do**
315 **Socorro Araújo Câmara** - Falou que eles aumentaram a
316 contrapartida que era composta de diárias dos próprios técnicos
317 e motorista custeada pela instituição, o que era permitido, e o
318 resto seria por conta do FDID. **Dra. Maria Jacqueline Faustino**
319 **de Sousa Alves do Nascimento** - Sugeriu que o Conselho
320 disponibilizasse cinco minutos para que a SEMA falasse do
321 projeto original e cinco minutos para falar da modificação.
322 Todos concordaram. **Dra. Viviane Gomes Monte** - Disse ser técnica
323 da SEMA que apresentou o projeto quintais produtivos. Falou que
324 durante todo o processo em que foi submetido o projeto estiveram
325 constantemente em contato com a conselheira que estava
326 apreciando o mesmo, e que haviam consideradas todas as
327 alterações que foram colocadas por ela. Que foi surpresa para
328 eles quando vieram procurar o FDID para já trabalharem os termos
329 de referência, antecipando a assinatura do Termo de
330 Descentralização de Crédito Orçamentário, já que a instituição
331 tinha recebido a comunicação do FDID informando que o projeto
332 havia sido aprovado, que se depararam com todas essas questões.
333 Falou que a instituição estava se propondo a fazer todas as
334 adequações necessárias que o FDID queria, para seguir as
335 colocações da Gladys para seguirem com o projeto que seria tão

336 relevante para o estado do Ceará. **Dra. Maria Jacqueline Faustino**
337 **de Sousa Alves do Nascimento** - Pediu a Viviane para que ela
338 dissesse o que era o projeto e a adequação que foi feita, porque
339 na perspectiva do financeiro foi modificada a essência, para que
340 todos entendessem. **Dra. Viviane Gomes Monte** - Falou que o
341 projeto não havia sido elaborado por ela, e a pessoa que o
342 elaborou não trabalha mais na instituição. Disse que tinham
343 percebido que não tinha havido alteração no objeto do projeto,
344 pois o mesmo continuava se propondo a implantar unidades
345 demonstrativas de quintais produtivos na perspectiva da
346 agricultura familiar, e que do conhecimento deles não foram
347 colocados dois projetos. Colocaram um projeto adequando as
348 diligências solicitadas. Passou a palavra à coordenadora do
349 projeto para que ela esclarecesse alguns pontos. **Lúcia Maria**
350 **Bezerra da Silva** - Falou que haviam percebido que na segunda
351 versão resultante da deliberação do próprio FDID, para melhorar
352 a estrutura do projeto, foi um detalhamento, pois tinham
353 atividades complementares, e nelas foi que ela sugeriu aquisição
354 de equipamentos, sendo feita uma discriminação dessas atividades
355 bem detalhadas. Nessa é que veio o que era necessário, a
356 aquisição de aves, pintos e pintas, especificando a necessidade
357 de aquisição de... **Dra. Rimena Alves Praciano** - Sem áudio. **Dra.**
358 **Gladys Furtado Brasil** - Pediu a palavra para explicar com o que
359 o financeiro se deparou. Falou que no projeto 1 havia um
360 cronograma físico financeiro com cinco metas e algumas fases.
361 Essas metas só tratavam de palestras, oficinas de diagnóstico em
362 cada bacia, realização de curso, realização de um dia de campo
363 em cada bacia e publicação de material informativo. Quando veio
364 o outro projeto com alteração, a meta havia mudado para:
365 aquisição de equipamentos e material permanente; etapa: dar
366 suporte às atividades, e que nesta tinha a compra do kit. No
367 item 11.1 do projeto que é o detalhamento das despesas de
368 capital, constava um poço artesiano. E em nenhum momento na meta
369 dizia que seria construído um poço artesiano no quintal de um
370 morador, de um particular. Indagou de como seria construído, e
371 que até poderia ser, mas em imóvel de terceiro. Indagou ainda se
372 iria ser doado ou se só seria depois, pois em nenhum momento
373 isso estava dito no projeto. **Dra. Lúcia Maria Bezerra da Silva** -
374 Falou que este servirá para um grupo de dez pessoas. **Dra. Maria**
375 **Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento** - Falou que
376 esse problema era aquele com o qual a Gladys estava se
377 deparando, pois o projeto havia sido aprovado e o Conselho teria
378 que seguir os princípios da administração pública. Que não
379 podiam, a todo tempo, ficar mudando as regras de um jogo que foi
380 iniciado no ano passado e que essa era a preocupação da Gladys.
381 E que não poderia agora ser mudada a estrutura básica do projeto
382 porque daria problema na prestação de contas. Indagou a quem
383 seriam doados os kits de computadores. **Dra. Gladys Furtado**

384 **Brasil** - Falou que seriam construídos galinheiros em quintais.
385 **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** - Sem áudio. **Dra. Gladys**
386 **Brasil Soares** - Disse não saber se poderiam construir um poço em
387 qualquer quintal. Perguntou se teria que pedir autorização em
388 algum órgão, porque no projeto falava em construção, e não em
389 aproveitamento de um poço. **Dra. Maria Jacqueline Faustino de**
390 **Sousa Alves do Nascimento** - Indagou qual o instrumento para
391 formação desse grupo familiar. "Para essas dez famílias?
392 Legalmente embora a intenção seja o beneficiamento de dez
393 famílias, o que será realizado é a construção de um poço no
394 imóvel de uma família". Indagou qual seria o instrumento
395 jurídico que daria a segurança de que esse objetivo seria
396 atendido. **Dra. Lúcia Maria Bezerra da Silva** - Respondeu que
397 seria quando fosse definida a unidade administrativa, pois cada
398 uma servirá para dar apoio àquelas dez famílias que forem
399 selecionadas para serem beneficiadas por ela. As unidades
400 demonstrativas serão na quantidade de três em cada sub-bacia.
401 **Dra. Maria Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento** -
402 Falou que a pergunta não era essa, e sim qual o instrumento
403 jurídico que dará garantia ao FDID que essas dez famílias serão
404 beneficiadas por esse projeto. "O que será formada? Uma
405 cooperativa? Uma associação? Pois a ela parece que essa é a
406 dúvida. Temos que ter a garantia do que será executado está
407 dentro do projeto". **Dra. Viviane Gomes Monte** - Vai haver um
408 curso de capacitação, e, neste, serão selecionadas as famílias.
409 **Dra. Maria Elzivone de Magalhães Bezerra Costa** - Sugeriu que
410 para evitar problemas futuros para a instituição e para o FDID,
411 já que vão ser investidos recursos na construção do poço e dos
412 galinheiros, seria necessário que esses proprietários assinassem
413 um termo de cessão, dizendo que concedem durante tantos anos
414 aquele recurso para a comunidade de forma coletiva. Seria uma
415 forma de resguardar as pessoas que estarão executando, as que
416 estarão cedendo o espaço para a construção e o FDID. **Dra. Maria**
417 **Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento** - Falou que,
418 recapitulando a sugestão da Conselheira, a instituição coletaria
419 esse termo de todos, mas que a mesma ainda não sabia quais
420 seriam as famílias. Disse que a instituição poderia colocar a
421 condicionante de que a família que fosse selecionada se
422 submeteria a condição de fazer o termo. **Dra. Gladys Brasil**
423 **Furtado** - Disse que a SEMA iria fazer uma visita a alguns desses
424 galinheiros, e que ela e a Ivonete iriam também. **Dra. Viviane**
425 **Gomes Monte** - Falou que, na verdade, o convite era para conhecer
426 a experiência exitosa em quintais agroecológicos, para terem
427 consciência de como funcionava na prática e o que poderia ser
428 esperada na prestação de contas. **Dr. Vicente Martins Prata Braga**
429 - Falou que quando era apresentado um projeto a instituição
430 tinha que seguir a risca o plano de trabalho. Que achava que nem
431 o conselho teria competência para autorizar a mudança de um

432 plano de trabalho que foi aprovado. E se tivessem trabalho na
433 prestação de contas o risco seria da entidade, pois que teriam
434 que ter muito cuidado com as despesas para que consigam
435 comprová-las com a devida prestação de contas. **Dra. Maria**
436 **Jacqueline Faustino de Sousa Alves do Nascimento** - Falou que o
437 problema era que a Gladys estava diante de uma situação
438 inusitada. Ela estava com o plano de trabalho original que foi o
439 que ela já falou, que a princípio deveria ser o que deveria
440 prevalecer, pois foi o plano apresentado dentro do prazo do
441 edital, e ela tem um segundo plano, que foi apresentado com
442 diligências que trouxeram modificações. Disse que por isso o
443 Conselheiro deveria ter muito cuidado para observar se na
444 diligência seria feita modificação do projeto que atingiria a
445 sua essência, o plano de trabalho, pois cada projeto era
446 específico. E a dúvida hoje era qual o projeto prevaleceria.
447 **Dr. Vicente Martins Prata Braga** - Falou que o que prevalecia
448 seria o aprovado por último. **Dra. Maria Jacqueline Faustino de**
449 **Sousa Alves do Nascimento** - Disse que o aprovado tinha várias
450 questões, como kits que não tinham especificações e nem valores
451 unitários. **Dr. Vicente Martins Prata Braga** - Disse que o
452 Conselho havia aprovado e que a falha tinha sido dele, e não
453 poderia voltar à sessão anterior. A instituição mandaria por e-
454 mail antes as omissões que foram apontadas pela Gladys. **Dr.**
455 **Vicente Martins Prata Braga** - Solicitou que a instituição
456 enviasse para a Ivonete para que ela pudesse encaminhar para
457 todos os membros do FDID. **Dra. Viviane Gomes Monte** - Falou que
458 gostaria que a Gladys lhe encaminhasse por e-mail para a
459 Secretaria todas as questões por ela colocadas. **Dr. Vicente**
460 **Martins Prata Braga** - Falou que a instituição responderia e a
461 Ivonete encaminharia para os Conselheiros a resposta da
462 entidade, e as dúvidas seriam tiradas presencialmente na
463 reunião. Falou também que o termo de parceria seria celebrado
464 após esses esclarecimentos. Passou aos **Assuntos Gerais** -
465 Informou que o Procurador-Geral de Justiça, Presidente do
466 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos
467 Difusos, realizou consulta ao Tribunal de Contas do Estado do
468 Ceará acerca da celebração de convênio do citado Fundo com a
469 Universidade Federal do Ceará (possibilidade da não aplicação do
470 art. 25 da Lei Complementar Estadual nº 119-2012 à transferência
471 de recursos mediante convênio celebrado entre o FDID e a
472 Administração Pública Federal). Em resposta, o Tribunal de
473 Contas encaminhou cópia do Parecer nº 0187/2016 do MPCE,
474 acostado às fls. 04/06 do processo nº 1001/2017, informando que
475 não respondia consultas de casos concretos. Informou ainda, que
476 o Centro de Convivência Mão Amiga solicitou, por meio do ofício
477 nº 017/2017, que sejam disponibilizados os projetos por ele
478 apresentados, inscritos na seleção de projetos, Edital nº
479 01/2016, com fundamento no art. 17 do citado Edital. Como consta

ATA DA 113ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de fevereiro de 2017

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

480 no edital previsão de devolução, perguntou se algum Conselheiro
481 tinha objeção, e como não teve objeção a solicitação foi
482 aprovada. Em seguida, facultou a palavra aos Conselheiros. **Dra.**
483 **Maria Elzivone de Magalhães Bezerra Costa** - Falou que queria
484 agradecer a todos os presentes em nome da população do estado do
485 Ceará, e dizer que visitou vários municípios e que o Conselho
486 não tinha a dimensão da vulnerabilidade em que as pessoas se
487 encontram. Disse que pensava que o Fundo de Defesa dos Direitos
488 Difusos tinha um papel fundamental na sociedade do estado do
489 Ceará e parabenizou ao Dr. João Gualberto pela arrecadação que
490 favorece o Conselho em aprovar projetos tão importantes. Que o
491 Conselho consiga ser coerente nas decisões e usar da justiça
492 para que este torne a sociedade cada vez melhor. Disse ainda que
493 era uma honra participar desse Conselho. **Dr. Vicente Martins**
494 **Prata Braga** - Não havendo mais manifestação, encerrou a sessão
495 agradecendo a presença dos Conselheiros.
496

Vicente Martins Prata Braga
Vice-Presidente do CEG/FDID
Conselheiro - PGE

Rimena Alves Praciano
Conselheiro - SESA

Maria Jacqueline Faustino de Souza Alves do Nascimento
Conselheiro - CAOMACE

João Gualberto Feitosa Soares
Conselheira - DECON

Vitor Rocha Soares
Conselheiro - SEFAZ

Maria do Socorro Araújo Câmara
Conselheira - SETUR

Maria Elzivone de Magalhães Bezerra Costa
Conselheira - CCMA

Juliana Marcelino Beviláqua
Conselheira - CASN